

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 22/01/2025 14:46:16
Data da última atualização: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita	Nome informado pelo Órgão sancionador	Nome Fantasia
G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - 07.094.346/0001-45 CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	G4F

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro	Categoria da sanção		
CEIS	IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM PRAZO DETERMINADO		
Data de início da sanção	Data de fim da sanção		
25/04/2024	25/04/2026		
Data de publicação da sanção	Publicação	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado
21/05/2024	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA 25		**
Número do processo	Número do contrato	Abrangência da sanção	Observações
61985.001026/2023-28	08/2020	NO ÓRGÃO SANCIONADOR	MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ADJUDICADO COM FUNDAMENTO NO INCISO II, ART. 83 DA LEI 13.303/2016, DEVIDAMENTE PREVISTO EM CLÁUSULAS CONTRATUAIS E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A - AMAZUL		

Fundamento legal

LEI 13303 - ART. 83, II E III - ART. 83. PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A EMPRESA PÚBLICA OU A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: I - ADVERTÊNCIA; II - MULTA, NA FORMA PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OU NO CONTRATO; III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ENTIDADE SANCIONADORA, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS.

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.